

Resultados de pesquisa documental: Cronotopos de aula e TDICs na pandemia

Marcella S. Di Santo¹, Natália Q. O. Souto²

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), campus Valparaíso
Av. Saia Velha, Km 6, - Pq Esplanada IV, Valparaíso de Goiás - GO, 72876-601
Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, Universidade
de Brasília – PGPDE/UnB

²Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF
Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, Universidade
de Brasília – PGPDE/UnB

msdisanto@gmail.com, nathsouto@gmail.com

Abstract. *In this article, we present the results of a research about the class chronotopes in two education systems during the COVID-19 pandemic. The aim was to develop a documental analysis of the guiding norms to teaching work during the pandemic in the years 2020 and 2021. Based on the analysis of the guiding documents of the teaching work, prepared by the State Department of Education of the Federal District – SEEDF and the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás – IFG, we mapped some class chronotopes, based on the Bakhtinian perspective. As a result, we defined three class chronotopes as we explain in the article.*

Resumo. *Apresentamos aqui os resultados de uma pesquisa acerca dos cronotopos de aula em dois sistemas de educação durante a pandemia da COVID-19. O objetivo foi desenvolver uma análise documental das normativas orientadoras ao trabalho docente durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021. A partir da análise dos documentos norteadores e orientadores do trabalho docente, elaborados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, mapeamos alguns cronotopos de aula, baseados na perspectiva bakhtiniana. Como resultados, definimos três cronotopos de aula que explicamos no artigo.*

1. Provocações iniciais quanto ao conceito bakhtiniano de cronotopo

O trabalho docente foi amplamente impactado pela pandemia de COVID-19 e muitas tecnologias passaram a ser urgentes nas sala de aula. Apensar do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC na educação já ser parte da realidades das escolas e fruto de muitos estudos na educação a distância (Kenski, 2015; Lévy, 2010; Moran, 2012; Silva, 2000; 2003), o tipo de mediação tecnológica que a pandemia exigiu expôs fragilidades dos sistemas de educação como um todo, entre elas a desigualdade de seu uso na sala de aula. Muitas vezes, seu uso na proposição e desenvolvimento da aula ainda é incipiente por desconhecimento ou insegurança dos docentes (Souza-Neto; Lunardi-Mendes, 2017).

Para além do papel de mediação nestas tecnologias, há uma desestruturação do(s) cronotopo(s) da docência. Os espaços e tempos de lazer passam a se misturar com os espaços e tempos de trabalho, a sala de aula vai para dentro da casa de professores e professoras, atribuindo a eles e elas o papel de heróis e heroínas para salvar alunos e turmas, corroborando com a ideia de herói de si, do cronotopo docente como herói da educação (Bakhtin, 2013; 2018), um herói cronotopicamente aventureiro.

O conceito de cronotopo é discutido por Bakhtin como unidade de definição espaço-temporal, na qual o tempo é entendido com uma quarta dimensão na relação com o espaço onde ocorrem as interações sócio discursivas (Bakhtin, 2018). Ao apresentar as perspectivas de tempo fixo, tempo dinâmico, tempo abstrato e tempo concreto, tempo lógico e tempo biográfico, tempo significado e tempo transcorrido, por exemplo, o autor explora a hetero temporalidade (Bakhtin, 2013; 2018) rompendo com a ideia onipresente e reducionista de linha do tempo fixa em sua rigidez cronológica.

No contexto pandêmico, em que as escolas e salas de aula presenciais se virtualizam, em realidades educacionais nada virtualizadas anteriormente, essa quebra cronotópica forja uma alteridade espaço-temporalmente situada de personagens entre seus enredos; são evocadas categorias como a distância, a proximidade, a ação e a reflexão, motivos e obstáculos, o público e o privado, as metamorfoses, permanências e as ambivalências, todas categorias essenciais, mas não as únicas na apreensão do conceito de cronotopo.

Afirmamos que a pandemia rompeu com diversos marcadores socioculturais de tempo e espaço e, da mesma forma, desconfiguraram-se cronotopos da educação e da escola para a construção de novos cronotopos. Esses cronotopos, antes construídos no espaço da sala de aula física com quadros e carteiras de estudantes e professores, com os tempos definidos pelos sistemas de ensino e legislação brasileira (Brasil, 1996) também são desconstruídos. As definições espaço-temporais que consolidavam os cronotopos dos processos de ensino e aprendizagem da aula passam a se configurar nos ambientes virtuais das instituições de ensino. Como são esses novos cronotopos na pandemia?

2. Metodologia

Para responder às perguntas direcionadoras da pesquisa, realizamos a análise documental do material produzido pela gestão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e do Instituto Federal de Goiás – IFG ao longo dos anos de 2020 e 2021 que orientasse o trabalho docente no contexto da pandemia nestes anos.

A perspectiva metodológica da análise documental qualitativa foi escolhida para identificar nos documentos os critérios comuns, entendidos como analogias no seu conteúdo (Bardin, 2011), de forma qualitativa para se apoiar nas possibilidades de inferências que os sentidos expressos no documento autorizam (Bardin, 2011). Para observar as possíveis relações entre o teor de documentos, a situação contextual que os origina, seus emissores e destinatários nos documentos norteadores das ações docentes, e o maior grau possível de compreensão da mensagem, “torna-se necessário reler o material, alternar releituras e interpretações, e desconfiar de evidências” (Bardin, 2011, p. 145). A análise documental objetiva, em última instância, uma “reapresentação condensada da informação” (Marconi & Lakatos, 2021, p. 31) empregando-lhe uma

forma de apresentação que se compromete em oferecer resposta aos objetivos que guiam a esta análise (Bardin, 2011).

Desta forma, apresentamos no quadro 1 o detalhamento dos textos analisados:

Quadro 1. Documentos do IFG e da SEEDF analisados

	IFG	SEEDF
Documentos analisados	Instrução Normativa nº 07/2020, de 17 agosto de 2020 (IFG, 2020)	Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais. (SEEDF, 2020a)
	Resolução nº 60/2021 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 17 de maio de 2021 (IFG, 2021a)	Orientações para as aulas por meio de atividades não presenciais (SEEDF, 2020b)
	Resolução nº 110/2021 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 3 de novembro de 2021 (IFG, 2021b)	Orientações à Rede Pública de Ensino para o registro das atividades pedagógicas não presenciais (SEEDF, 2021a)
		Guia de orientações parou ensino fundamental: anos iniciais e anos finais - organização escolar em ciclo para as aprendizagens no contexto do ensino remoto. (SEEDF, 2021b)
		Portaria no 133 de 03 de junho de 2020. (SEEDF, 2020c)
		Portaria no 160, de 09 de abril de 2021. (SEEDF, 2021c)

Fonte: Di Santo et al., 2022.

A partir do mapeamento dos documentos, elaboramos as seguintes categorias de análise:

- ⇒ Definição de aula
- ⇒ Definição de espaço (local/ plataforma)
- ⇒ Definição de tempo (hora/aula, carga horária)
- ⇒ Autonomia do professor
- ⇒ Currículo

3. Resultados e Discussão

A partir da análise dos documentos apresentados, pudemos constituir uma metodologia de análise documental a partir dos cronotopos de aula apresentados e construídos pelas gestões dos sistemas de ensino. Dentre os principais desafios estão as escolas que diariamente lidam com a presencialidade física e com cronotopos, já delimitados pelas

configurações físicas do espaço, pelos tempos e organização cronológica, passaram a construir um modelo que não faz parte das suas realidades.

A pandemia exigiu estratégias paliativas em função da impossibilidade de encontros presenciais e as duas instituições enfatizaram que não se trataria da modalidade de educação a distância, mas de fazer o possível tendo em vista o distanciamento social. Com isso, os sistemas de ensino emergenciais foram adotados com aulas remotas, como forma de atender e garantir o direito à educação ao mesmo tempo que se implementava a formação docente.

Compreender esses dois modelos bastante comuns na educação pública, um sistema de ensino estadual/distrital – SEEDF e um sistema de ensino federal – IFG possibilita a compreensão de diferentes modelos de ensino remoto em outras instituições e sistemas de ensino no país. O IFG direcionou uma definição do que consideraria uma aula, sem defini-las conceitualmente, mas apresentando a exigência de uma carga horária síncrona obrigatória com um mínimo de 45 minutos, em seu artigo 37 (IFG, 2020, p. 8), e máximo de 60 minutos, em seus artigos 17 e 18 (IFG, 2020, p. 4-5). A partir do documento do IFG, podemos afirmar que o cronotopo da aula virtual foi delimitado: ela deveria ocorrer de forma síncrona, com “aulas online ou chats em plataformas definidas institucionalmente” (IFG, 2020, p. 3), com um encontro semanal, de 45 a 60 minutos, em horário elaborado pela coordenação acadêmica, em diálogo com professores do departamento de áreas acadêmicas, em cada campus.

A SEEDF não apresentou essa definição de imediato, mas deu respostas mais rápidas para os arranjos educacionais no contexto de aulas virtuais emergenciais. Sem uma definição de cronotopo da aula, ainda temos as seguintes perguntas: quais foram os papéis e atividades didático-pedagógicas realizadas pelos docentes? Como se organizaram as aulas e os encontros virtuais? Eles ocorreram? Como foi a participação? Foi considerada “aula” apenas a entrega de material impresso a estudantes sem acesso a recursos e tecnologias digitais? Como foi possível fazer os registros das atividades e aprendizagem nos anos de 2020 e 2021?

Ainda que tenha buscado uma delimitação, o IFG também demanda essas perguntas já que a autonomia institucional também dá ao docente autonomia para as decisões sobre as aulas virtuais. Foram encontros teóricos? Práticos? Sala de aula invertida? Metodologias ativas? Aulas expositivas?

Em busca da compreensão das possíveis interações entre espaço e tempo engendradas pelos documentos no contexto disruptivo, apresentamos três cronotopos que ocorreram nas experiências analisadas:

1. Aula online em tempo real (sincronicamente) com professores e alunos juntos ao mesmo tempo, através da mesma plataforma definida institucionalmente, com link enviado pelos professores;
2. Aula online em tempos distintos (assincronamente) com professores e alunos acessando Plataforma Moodle; ou estudantes acessando vídeos gravados pelos docentes e disponibilizados em Canais de Youtube ou outras plataformas e mídias como WhatsApp
3. Aula com material impresso, disponibilizado para quem não pudesse estar online (analogicamente), buscando medidas para garantir a entrada de todos nas TDICs o alcance de todos, do ponto de vista das políticas institucionais.

Importa também registrar ao lado do deslocamento dos tempos, o deslocamento espacial, sofrido pelos estudantes e professores que na impossibilidade do encontro presencial, forçou a adoção e dedicação de horários flexíveis assim como de espaços alternativos para o atendimento do disposto nos documentos, configurando os cronotopos síncronos, assíncronos e analógicos.

4. Considerações e reverberações

Para nos apropriarmos ainda mais da concepção de cronotopos na educação, acredita-se que esta pesquisa deve reverberar e se ampliar com estudos de outros sistemas de educação. Os resultados indicam cronotopos que podem contribuir para compreender um contexto educacional que se experimenta com a inclusão das TDIC na sala de aula. Trata-se de proposições educacionais cronotópicas de educação e de aula que podem apontar caminhos para a elaboração de currículos híbridos e com possibilidades de ampliação da inserção da virtualidade nas escolas, a partir de uma importante pergunta: o que consideramos como aula? Só é aula a mediação presencial feita com docentes e estudantes?

Reiteramos a importância de se considerar as desigualdades e suas condições de acesso para, por meio da inclusão das tecnologias, da virtualização de atividades, tarefas e da própria aula, possamos reduzir as desigualdades advindas com os modelos de ensino remoto que mais afastaram estudantes das escolas. Outros estudos sobre essas consequências em documentos de acompanhamento da gestão ou mesmo das políticas públicas nacionais em torno do tema podem contribuir ainda mais para a compreensão do trabalho docente na pandemia.

Os desafios de compreensão do(s) cronotopo(s) de aula, ainda ancorado(s) em uma perspectiva da presencialidade física e de espaços e tempos delimitados pela hora do relógio, pelo sistema hexadecimal, se distanciando da relatividade apontada por Bakhtin (2013; 2018) no início do século XX. Não se trata de uma exclusividade do século XXI ou da era digital, mas de se pensar tempos e espaços de aprendizagem condizentes com a virtualidade que temos em nossas vidas hoje.

Os próximos passos dessa pesquisa indicam caminhos para revisão conceitual da ideia de aula na contemporaneidade, levando-se em conta que o mundo virtual já é parte da vida dos estudantes e sua aproximação só traria ainda mais possibilidades pedagógicas indicando a relativização das temporalidades e espacialidades escolares. No sentido de identificar outros sistemas de educação, a pesquisa deve ter continuidade na análise de mais materiais orientadores e normativas produzidos pelos sistemas de educação durante os períodos pandêmicos dos anos de 2020 e 2021.

Referências

- Bakhtin, M. M. (2011). *Estética da Criação Verbal* (6th ed.). Martins Fontes.
- Bakhtin, M. M. (2013). O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In M. M. Bakhtin (Ed.) *Problemas da Poética de Dostoiévski* (5th ed., pp. 3-51). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

- Bakhtin, M. M. (2018). Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo. São Paulo: Editora 34.
- Bakhtin, M. M. (2020). Os gêneros do discurso (1st ed.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. Edições 70.
- Brasil. (1996). Lei nº 9394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Recuperado em 1 Nov. 2022.
- Di Santo, M. S., Souto, N. Q. de O., & Borges, F. T. (2022). Chronotope and Teaching Work in the Pandemic at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IFG) and at the State Department of Education of the Federal District (SEEDF). *Research, Society and Development*, 11(17), e186111739032. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.39032>
- Instituto Federal de Educação, C. e T. D. G. (2020). Instrução Normativa no 07/2020, de 17 agosto de 2020. [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1300/INSTRU%C3%87%C3%83O%207_2020%20-%20REI-PROEN_REITORIA_IFG%20\(2\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1300/INSTRU%C3%87%C3%83O%207_2020%20-%20REI-PROEN_REITORIA_IFG%20(2).pdf) Recuperado em 6 Out. 2022.
- Instituto Federal de Educação, C. e T. D. G. (2021a). Resolução no 60/2021 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG de 17 de maio de 2021. https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%20118_2021%20-%20REI-CONSUP_REITORIA_IFG.pdf Recuperado em 6 Out. 2022.
- Instituto Federal de Educação, C. e T. D. G. (2021b). Resolução no 110/2021 - REI-CONSUP/REITORIA/IFG, de 3 de novembro de 2021. <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/98/RESOLU%C3%87%C3%83O%20108.2021%20-%20REI-CONSUP.REITORIA.IFG.pdf> Recuperado em 7 Out. 2022.
- Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). Nota informativa do IDEB 2021. https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf Recuperado em 2 Nov. 2022
- Kenski, V. M. (2015). Tecnologias e ensino presencial e a distância (9th ed.). Papirus Editora. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2264/pdf/0> Recuperado em 2 Nov. 2022.
- Lévy, P. (2010). Cibercultura (3rd ed.). Editora 34.
- Moran, J. M. (2012). A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá (5th ed.). Papirus.
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2020a). Gestão Estratégica para a Realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais. SEEDF. https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/gestao_estrategica_realizacao_atividades_pedagogicas_na_o_presenciais.pdf Recuperado em 20 Out. 2022.
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2020b). Orientações à rede pública de ensino para o registro das atividades pedagógicas não presenciais. <https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2020/07/10222558/Orientações-à-rede->

pública-de-ensino-para-o-registro-das-atividades-pedagógicas-não-presenciais_VF.pdf Recuperado em 20 out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2020c). Orientações aos professores: Orientações para as aulas por meio de atividades não presenciais. <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/orienta%C3%A7%C3%B5es-aos-professores-aulas-n%C3%A3o-presenciais.pdf> Recuperado em 26 out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2021a). Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas Remotas e Presenciais” – 2a Edição/atualizada. https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es-ao-Registro-Atividades-Pedagogicas_25-05.pdf Recuperado em 26. Out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2021b). Guia de orientações para o ensino fundamental: Anos iniciais e anos finais. <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Guia-para-o-Ensino-Remoto-Ensino-Fundamental-Versao-Final.pdf> Recuperado em 26. Out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2021c). Portaria No 160, de 09 de Abril de 2021. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5a0ad6b468bf4393a84288e4c4a5adc6/Portaria_160_09_04_2021.html Recuperado em 26 out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2018). Regimento interno: Decreto no 38.631, de 20 de novembro de 2017. https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Interno_05-07-2018.pdf Recuperado em 26 Out. 2022.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2020). Portaria No 133 de 03 de Junho de 2020. <https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2020/06/04152002/PORTARIA-N%C2%BA-133-DE-03-DE-JUNHO-DE-2020.pdf> Recuperado em 26 Out. 2022.

Silva, M. (2000). Sala de aula interativa. Quartet.

Silva, M. (2003). Educação online. Loyola.

Souza-Neto, A., & Lunardi-Mendes, G. M. (2017). Os usos das tecnologias digitais na escola: discussões em torno da fluência digital e segurança docente. *Revista E-Curriculum*, 15(2), 505-523.

Subsecretaria de Planejamento, A. e A. (2021). Orientações à Rede Pública de Ensino para o Registro das Atividades Pedagógicas Remotas e Presenciais (2nd ed.). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.